

1985

Ano que vem, o Governo Federal vai colocar o gasto no justo calibre do ganho, voltando a dar o passo rigorosamente do tamanho das pernas orçamentárias. Acredite quem quiser: ainda vai sobrar dinheiro em caixa. Ou precisamente Cr\$ 7 trilhões, sacados de uma receita total de Cr\$ 461 trilhões para uma despesa global de Cr\$ 454 trilhões.

Furo de reportagem? Que raio de orçamento é esse?

Exatamente o orçamento da União para 1986, já depositado na mesa de reflexão e votação do Congresso Nacional. Com uma abstração por minha conta: a coluna da despesa bruta não hospeda, no caso, os encargos financeiros da dívida pública da União, espantosa massa de juros projetada para Cr\$ 202 trilhões (na soma da dívida externa com a dívida interna).

Computados os juros pelas taxas projetadas, a coluna da despesa dispara um total de Cr\$ 656 trilhões, abrindo o "déficit" nominal de Cr\$ 195 trilhões...

Esse tipo de abstração contábil foi utilizado também pelo ministro do Planejamento, João Sayad, para dramatizar, politicamente, na Câmara dos Deputados, quarta-feira, o efeito patogênico "dos juros reais mais altos da História" na reordenação da economia brasileira — que terá de começar, necessariamente, pelo saneamento das finanças do setor público.

Tema predileto do ministro João Sayad, as perversões orçamentárias do endividamento tipo rosca-sem-fim levantam questões embaraçosas para a administração do rabo-de-foguete tripulado pela Nova República.

Tecnicamente, estamos com as contas do setor público restauradas, reequilibradas, no sentido operacional da coisa, diz o ministro. A própria margem de 5% para mais ou para menos, no fechamento das contas, bate com o fluxograma espasmódico de um Brasil literalmente em construção. O desvio de rota está na voragem da dívida contratada aqui dentro e lá fora para a cobertura dos "déficits" operacionais do passado. Essa dívida, realimentada pelos juros e pela indexação plena do passivo federal, faz do "déficit" público, versão 86, um animal financeiro.

E preciso "repensar os juros internos e contestar os juros externos, extorsivos e insanos, martelou o titular dos orçamentos nacionais.